

SUMÁRIO



TJ-RJ

*500 Questões Gabaritadas
Técnico de Atividade Judiciária*

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	20

LEGISLAÇÃO ESPECIAL E LEGISLAÇÃO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	23

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	20

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	26

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	21

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	26

SUMÁRIO

SUMÁRIO



NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	21

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	27

SUMÁRIO



1. (2023)

Assinale a frase em que é optativo o emprego do artigo sublinhado.

- (A) Engenheiros são as únicas pessoas que não podem ignorar a Matemática.
- (B) Uma coisa urgente a fazer é prender todos os corruptos.
- (C) Nunca diga mentiras para os seus pais.
- (D) O Brasil é o maior país da América do Sul.
- (E) É necessário acabar com a inflação neste país.

2. (2024)

Os segmentos listados a seguir são descritivos e têm por objeto uma pequena casa. Assinale o segmento que apresenta caráter subjetivo na descrição, ou seja, aquele em que o observador participa com opiniões.

- (A) A casa tinha na frente um jardim, com margaridas numerosas, que cercavam alguns vasos de cerâmica rústica.
- (B) A casa mostrava janelas azuis e uma porta larga, que dava acesso a uma pequena sala com muitos objetos decorativos na parede.
- (C) O corredor lateral da casa era simpático e tinha algumas árvores frutíferas, que projetavam uma agradável sombra sobre o terreno.
- (D) O terreno traseiro da casa era dividido em degraus, cada um deles com um tipo predominante de frutas.
- (E) A casa tinha uma pequena varanda na parte de trás, com cadeiras e um tapete de palha em que alguns gatos dormiam.

3. (2022)

Em todas as frases abaixo há orações adjetivas sublinhadas; a frase em que foi proposto um adjetivo adequado para a substituição de uma dessas orações, é:

- (A) Uma doença que se prolonga indefinidamente / hereditária;
- (B) Um mal que não mostra nenhuma gravidade / inocente;
- (C) Um vírus que pode ser transmitido a outros / crônico;
- (D) Uma gripe que vai passar logo / superficial;
- (E) Uma enfermidade que ataca o fígado / hepática.



1. (2025)

Com base no disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, assinale a opção correta.

- (A) Para efeito de aposentadoria, será computado em dobro o tempo de serviço prestado em qualquer órgão público, seja na esfera federal, estadual ou municipal, independentemente de contribuição previdenciária.
- (B) A licença à gestante será concedida, com vencimentos e vantagens, pelo prazo de seis meses, prorrogável, no caso de aleitamento materno, por, no mínimo, trinta e, no máximo, sessenta dias.
- (C) O funcionário que se desvincular de um cargo público do estado do Rio de Janeiro para investir-se em outro do mesmo estado conservará a estabilidade já adquirida.
- (D) A nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público, o qual se restringe à avaliação de conhecimentos profissionais, mediante provas ou provas e títulos, necessários para o desempenho do cargo.
- (E) Durante o estágio experimental, o estagiário perceberá retribuição correspondente a 60% do vencimento do cargo, assegurada a diferença se nomeado ao final do período.

2. (2023)

Gildo e Marlene serão investidos em cargos do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

Gildo não integra o quadro de servidores e ocupará um cargo em comissão, enquanto Marlene foi aprovada em concurso público para o provimento de cargo efetivo. Sobre a hipótese apresentada, à luz do Decreto-Lei nº 220/1975 do Estado do Rio de Janeiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) A investidura de ambos dar-se-á com a nomeação.
- (B) A investidura de Gildo dar-se-á com o efetivo exercício e a de Marlene com a nomeação.
- (C) A investidura de Marlene dar-se-á com o efetivo exercício e a de Gildo com a posse.
- (D) A investidura de Gildo ocorrerá com sua nomeação e a de Marlene com a posse.
- (E) A investidura de cada um deles decorrerá das respectivas posses.

3. (2022)

José, servidor público estável ocupante do cargo de investigador policial da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, sofreu um acidente de carro que lhe causou incapacidade física para exercer as funções que até então exercia.

No caso em tela, de acordo com a Constituição da República de 1988 e o Decreto nº 2.479/1979, que consiste no Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, José será:

- (A) transferido para outro cargo integrante da administração direta ou autárquica estadual, de equivalentes escolaridade e vencimentos;
- (B) aproveitado em cargo de natureza e vencimento superiores ao anteriormente ocupado, mediante prévio processo administrativo;
- (C) aposentado por invalidez, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, mediante prévia inspeção realizada por junta médica do órgão oficial competente e desde que não possa mais desenvolver as atividades afetas a seu cargo;



Noções dos Direitos das Pessoas com Deficiência

1. (2025 - FGV)

O cordão de fita com desenhos de girassóis foi incluído na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em 2023, como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências

- (A) ocultas.
- (B) físicas.
- (C) mentais.
- (D) intelectuais.
- (E) sensoriais.

2. (2024 - FGV)

O Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê que é considerada barreira qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 13.146/2015, analise as afirmativas a seguir:

I. Barreiras arquitetônicas são as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.

II. Barreiras nos transportes são as existentes nos sistemas e meios de transportes.

III. Barreiras urbanísticas são as existentes nos edifícios públicos e privados.

Está correto o que se afirma em

- (A) **I**, apenas.
- (B) **I e II**, apenas.
- (C) **III**, apenas.
- (D) **II**, apenas.
- (E) **II e III**, apenas.

3. (2024 - FGV)

A Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, estabelece que a avaliação da deficiência, quando necessária, deverá ser realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, considerando:

- (A) fatores financeiros;
- (B) identidade de gênero;
- (C) raça, etnia e cor da pele;
- (D) cultura, crenças e religiosidade do indivíduo;
- (E) impedimentos nas funções e nas estruturas corporais.



1. FGV - 2024

O termo *compliance* pode ser entendido como “estar em conformidade” e vem ganhando crescente importância na implementação de estruturas, processos e mecanismos tanto no setor privado como no setor público. Para minimizar os riscos de corrupção, o *compliance* foi ganhando espaço no setor público, especialmente com a entrada em vigor da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.864/2013).

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

I. Por meio da responsabilidade subjetiva, as empresas podem ser punidas por atos de corrupção, independentemente de culpa, bastando a comprovação de que tais atos tenham sido praticados em seu interesse ou benefício.

II. A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

III. A Lei Anticorrupção não abrange todas as esferas da Administração Pública (municipal, estadual e federal), tendo incidência direta apenas no âmbito federal.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

2. FGV - 2024

Após o devido processo legal, a Sociedade Transgressora sofreu a aplicação de penalidade prevista na Lei nº 12.846/2011, em decorrência da prática de ato lesivo à Administração Pública, mas está analisando a extensão dos efeitos da sanção, com relação aos dirigentes e administradores, ou eventualmente para outra sociedade, caso venha a promover uma alteração societária, considerando que desde antes da penalidade vinha analisando a possibilidade de promover uma fusão ou cisão.

Diante dessa situação hipotética, à luz da norma em questão é **correto** afirmar que

- (A) a penalidade aplicada à pessoa jurídica é automaticamente estendida aos seus administradores e dirigentes, independentemente de sua culpabilidade.
- (B) apenas as sanções aplicadas na esfera judicial podem ser estendidas para os administradores ou dirigentes ou mesmo para outra sociedade nas hipóteses de alteração contratual, transformação, fusão ou cisão.
- (C) a aplicação de penalidade com fulcro na lei em questão é pessoal, de modo que não subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

**1. (2022)**

José, técnico policial de necropsia da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, praticou o chamado abandono de cargo, na medida em que se ausentou do serviço, sem justa causa, por trinta dias consecutivos. Após regular processo administrativo disciplinar, lhe foi aplicada a sanção da demissão.

No caso em tela, as razões de fato e de direito (e não a exposição dessas razões) que deram ensejo à prática do ato de demissão representam o elemento ou requisito do ato administrativo denominado:

- (A) motivação;
- (B) fundamentação;
- (C) forma;
- (D) objeto;
- (E) motivo.

2. (2023)

João estacionou o seu veículo em uma via pública, no Município de Niterói, acreditando que poderia fazê-lo. Ao retornar de seu compromisso, verificou que havia sido multado. Consultando a legislação, o indivíduo percebeu que a multa, no caso, daria azo à incidência de sanção pecuniária e à perda de pontos em sua licença para dirigir veículo automotor, na categoria B, após a observância do contraditório e da ampla defesa, como consectários do devido processo legal. João, no caso, entende que poderia estacionar no local.

Nesse cenário, é **correto** afirmar que caberá ao:

- (A) particular João demonstrar a existência de algum vício formal no ato administrativo sancionatório, não podendo discutir o conteúdo deste, em razão da presunção absoluta de veracidade e de legitimidade dos atos administrativos. O Município, após o exercício do contraditório, poderá usar meios indiretos de coerção para garantir o pagamento do valor correspondente à multa, em razão da exigibilidade dos atos administrativos. Caso não haja o pagamento, deverá ingressar com uma ação em juízo, considerando que, no caso narrado, o ato administrativo não faz jus à autoexecutoriedade;
- (B) Município de Niterói comprovar que o particular não poderia estacionar no local, em razão do princípio da legalidade, que rege a Administração Pública. O Município, após o exercício do contraditório, poderá usar meios indiretos de coerção para garantir o pagamento do valor correspondente à multa, em razão da exigibilidade dos atos administrativos. Caso não haja o pagamento, deverá ingressar com uma ação em juízo, considerando que, no caso narrado, o ato administrativo não faz jus à autoexecutoriedade;
- (C) particular João comprovar que poderia estacionar no local, em razão da presunção relativa de veracidade e de legitimidade dos atos administrativos. O Município, após o exercício do contraditório, poderá usar meios indiretos de coerção para garantir o pagamento do valor correspondente à multa, em razão da exigibilidade dos atos administrativos. Caso não haja o pagamento, deverá ingressar com uma ação em juízo, considerando que, no caso narrado, o ato administrativo não faz jus à autoexecutoriedade;
- (D) Município de Niterói comprovar que o particular não poderia estacionar no local, em razão do princípio da legalidade, que rege a Administração Pública. O Município, após o exercício do contraditório, poderá, por si só, executar o valor correspondente à multa do patrimônio de João, por força da autoexecutoriedade dos atos administrativos;
- (E) particular João comprovar que poderia estacionar no local, em razão da presunção relativa de veracidade e de legitimidade dos atos administrativos. O Município, após o exercício do contraditório, poderá, por si



Noções de Direito Constitucional

1. FGV - 2023

Sobre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, as seguintes afirmativas estão previstas na Constituição da República de 1988, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- (B) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- (C) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público.
- (D) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos previstos na Constituição da República.
- (E) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais está previsto como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

2. FGV - 2021

São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si,

- (A) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- (B) o Legislativo, o Administrativo e o Jurídico.
- (C) o Legal, o Executivo e o Judiciário.
- (D) o Legal, o Administrativo e o Jurídico.
- (E) o Legislativo, o Administrativo e o Judiciário.

3. FGV - 2021

De acordo com o Art. 3º da Constituição Federal, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil incluem os a seguir listados, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (B) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (C) Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (D) Expandir o território por meio de tratados e alianças.
- (E) Promover o bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer outras formas de discriminação.



1. (2024 - FGV)

A vedação a que o juiz condene o réu a pagar ao autor quantia superior à pleiteada na petição inicial é um corolário lógico do princípio:

- (A) da primazia da solução do mérito;
- (B) da motivação das decisões judiciais;
- (C) da inafastabilidade do controle jurisdicional;
- (D) da inércia;
- (E) do juiz natural.

2. (2024 - FGV)

João intentou ação em face de uma instituição financeira, tendo pleiteado a condenação da ré ao pagamento da quantia de cem mil reais, por força do descumprimento de uma obrigação que se originou de uma lei. Sustentou o autor que o descumprimento da lei foi o fato constitutivo de seu direito. Por sua vez, a ré, em defesa, alegou apenas que a mencionada lei não se aplicava ao caso concreto. Apreciando a causa, o magistrado julgou improcedente o pedido, por entender que a lei invocada era inconstitucional, sem conceder às partes a oportunidade de manifestação sobre essa questão constitucional.

Nesse sentido, a conduta do magistrado é:

- (A) incorreta, uma vez que violou o princípio do contraditório, proferindo uma decisão-surpresa no processo;
- (B) incorreta, uma vez que ele não pode reconhecer a inconstitucionalidade de uma lei;
- (C) incorreta, uma vez que violou o princípio da inércia, já que lhe é vedado inovar no processo;
- (D) correta, uma vez que não é necessário que as partes se manifestem quanto às questões de direito;
- (E) correta, uma vez que prevalece a celeridade processual e foi respeitado o princípio do contraditório.

3. (2024 - FGV)

João ajuizou ação indenizatória contra Pedro, pleiteando a condenação deste último ao pagamento de indenização por danos morais. Finda a fase instrutória, o juiz proferiu sentença fundamentada em documentos apresentados por João em relação aos quais não foi dada a oportunidade a Pedro para se manifestar. Em razão disso, Pedro interpôs recurso de apelação, sustentando ter havido a violação a uma norma fundamental do processo civil. Com base no caso acima, a seguinte norma fundamental foi violada pela sentença:

- (A) Princípio da eficiência.
- (B) Princípio do contraditório.
- (C) Princípio da proteção à coisa julgada material.
- (D) Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias em separado.
- (E) Princípio da imparcialidade.



1. (FGV - 2024)

A República Federativa *Alfa* reconhece o Poder Judiciário como um dos poderes independentes da República. Em *Alfa* há um órgão de acusação independente e diferente do Judiciário, responsável por formular acusações criminais, tendo a iniciativa probatória.

Em *Alfa*, um acusado seria um sujeito de direitos no âmbito do processo penal, e os princípios democráticos do processo penal, tais como o princípio do Juiz Natural e da presunção de inocência, são reconhecidos.

A partir dos dados fornecidos, o país *Alfa* adota o sistema processual com traços mais marcantes do sistema

- (A) acusatório.
- (B) inquisitivo.
- (C) misto.
- (D) consensual.

2. (FGV - 2023)

Acerca dos sistemas processuais penais e a legislação processual penal brasileira interpretada pelos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) A adoção do sistema acusatório no direito brasileiro advém da legislação adjetiva penal, que em sua redação original demonstrava a opção pelo sistema acusatório puro.
- (B) O sistema acusatório se caracteriza pela separação entre as funções de acusador e julgador, podendo haver, acidentalmente, a proibição de produção de provas de ofício pelo magistrado.
- (C) O sistema adversarial é sinônimo de sistema acusatório puro, e se caracteriza pela separação absoluta entre acusação e órgão julgador.
- (D) A Jurisprudência do STF é no sentido de que o sistema inquisitivo adotado no Brasil torna inadmissível a decretação da prisão preventiva, de ofício, pelo magistrado.
- (E) É compatível com o sistema acusatório adotado no Brasil a requisição, pelo Magistrado, de indiciamento do acusado, desde que realizada após o recebimento da denúncia.

3. (FGV - 2022)

Considerando os princípios de Direito Processual Penal, com base na Constituição da República de 1988, no Código de Processo Penal e na jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O princípio do duplo grau de jurisdição tem previsão expressa na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, promulgada pelo Decreto nº 678, de 06/11/1992, contudo não possui previsão expressa na Constituição da República de 1988.
- () O indivíduo, que possui contra si mandado de prisão em aberto e que apresenta documento de identidade falso no momento da abordagem policial, não comete o crime disposto no Art. 304 do Código Penal (uso de documento falso), posto que está exercendo o seu direito de autodefesa.
- () A publicidade restrita é regra geral dos atos processuais no processo penal, ao passo que a publicidade ampla é exceção e ocorre nas situações expressamente previstas em lei, dependendo de decisão judicial no caso concreto.